

IMPACTOS E REPERCUSSÕES DO ABUSO PSICOLÓGICO CONTRA A MULHER NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL: IMPLICAÇÕES SOB A ÓTICA DA ENFERMAGEM

IMPACTS AND REPERCUSSIONS OF PSYCHOLOGICAL ABUSE AGAINST WOMEN IN THE PREGNANCY-PUERPERAL CYCLE: IMPLICATIONS FROM THE PERSPECTIVE OF NURSING

IMPACTOS Y REPERCUSIONES DEL MALTRATO PSICOLÓGICO CONTRA LA MUJER EN EL CICLO EMBARAZO-PUERPERIO: IMPLICACIONES DESDE LA PERSPECTIVA DE ENFERMERÍA

Karine Rocha Moura da Silva¹
Michelly Cristina do E. Santo²
Nívea Maria Barbosa³
Enimar de Paula⁴
Wanderson Alves Ribeiro⁵

RESUMO: A violência contra a mulher é reflexo das relações de poder construídas historicamente através das desigualdades entre homens e mulheres. Portanto, pode-se reafirmar que a violência de gênero tem origem no poder patriarcal e na reprodução do machismo cotidiano perpetuado ao longo dos séculos, destaca-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência contra a mulher tendo como seu maior impacto o abuso psicológico. Objetivo: avaliar as consequências da violência obstétrica que acontecem no ambiente hospitalar e os danos psicológicos causados na mulher durante e depois do parto. Material e Métodos: Trata-se de um estudo de Revisão Bibliográfica da produção científica com abordagem qualitativa exploratória, elencando os fatores que estão relacionados com as consequências psicológicas da violência obstétrica. Resultados: Seguindo os critérios pré-estabelecidos, foram encontrados 245 artigos na BVS, de modo integrado com a BDENF, LILACS, GOOGLE SCHOLAR e SCIELO. Após a leitura exploratória foram escolhidos 40 artigos para a leitura seletiva, sendo selecionados 20 trabalhos. Conclusões: Destaca a urgência de políticas que assegurem o direito à saúde integral da mulher e ao parto humanizado, reduzindo impactos negativos e respeitando sua autonomia. Tais medidas minimizam a violência psicológica e promovem um atendimento mais acolhedor e seguro.

Palavras-chave: Abuso Psicológico. Violência Obstétrica. Assistência de Enfermagem.

¹Discente, Universidade Iguazu (UNIG).

² Discente, Universidade Iguazu (UNIG).

³ Discente, Universidade Iguazu (UNIG).

⁴ Mestre em Saúde Materno-Infantil, Faculdade de Medicina (UFF); Docente do Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Iguazu (UNIG).

⁵ Enfermeiro; Mestre e Doutor em ciências do cuidado em saúde pela PACCS/UFF; Docente na graduação em enfermagem da Universidade Iguazu (UNIG).

ABSTRACT: Violence against women is a reflection of power relations historically constructed through inequalities between men and women. Therefore, it can be said that gender violence originates in patriarchal power and in the reproduction of everyday machismo perpetuated over the centuries, obstetric violence stands out as a specific type of violence against women, having psychological abuse as its greatest impact. Objective: To evaluate the consequences of obstetric violence that occurs in the hospital setting and the psychological damage caused to women during and after childbirth. Material and Methods: This is a literature review study of scientific production with an exploratory qualitative approach, listing the factors that are related to the psychological consequences of obstetric violence. Results: Following the pre-established criteria, 245 articles were found in the VHL, integrated with BDNF, LILACS, GOOGLE SCHOLAR and SCIELO. After exploratory reading, 40 articles were chosen for selective reading and 20 papers were selected. Conclusions: The urgency of policies that guarantee women's right to comprehensive health and humanized childbirth, reducing negative impacts and respecting their autonomy, is highlighted. These measures minimize psychological violence and promote a more welcoming and safe service.

Keywords: Psychological Abuse. Obstetric Violence. Nursing Care.

RESUMEN: La violencia contra las mujeres es un reflejo de las relaciones de poder históricamente construidas a través de las desigualdades entre hombres y mujeres. Por lo tanto, se puede afirmar que la violencia de género se origina en el poder patriarcal y en la reproducción del machismo cotidiano perpetuado a lo largo de los siglos, la violencia obstétrica se destaca como un tipo específico de violencia contra las mujeres, teniendo como mayor impacto el maltrato psicológico. Objetivo: evaluar las consecuencias de la violencia obstétrica que ocurren en el ámbito hospitalario y el daño psicológico causado a las mujeres durante y después del parto. Material y Métodos: Se trata de un estudio de revisión bibliográfica de la producción científica con un enfoque cualitativo exploratorio, enumerando los factores que se relacionan con las consecuencias psicológicas de la violencia obstétrica. Resultados: Siguiendo los criterios preestablecidos, se encontraron 245 artículos en la BVS, de forma integrada con BDNF, LILACS, GOOGLE SCHOLAR y SCIELO. Después de la lectura exploratoria, se eligieron 40 artículos para lectura selectiva y se seleccionaron 20 trabajos. Conclusiones: Se destaca la urgencia de políticas que garanticen el derecho de las mujeres a la salud integral y al parto humanizado, reduciendo los impactos negativos y respetando su autonomía. Estas medidas minimizan la violencia psicológica y promueven un servicio más acogedor y seguro.

Palabras clave: Maltrato psicológico. Violencia obstétrica. Cuidados de Enfermería.

INTRODUÇÃO

O conceito de 'ser mulher' foi construído historicamente em oposição à ideia de 'ser homem'. Sob uma concepção binária, foi limitador da análise social e cultural do 'ser mulher', como se houvesse apenas uma única forma de se 'ser mulher', em oposição à identidade masculina. Tal visão, ainda presente na maioria das sociedades tradicionais, chegando na

modernidade entre pesquisadores sociais, têm sido alvo do processo de desconstrução teórica e ressignificações (Vanali, 2023).

Segundo Vanali (2023) a construção social e cultural das identidades de gênero, historicamente vinculadas a diferenças sexuais biológicas, têm perpetuado a subordinação das mulheres em sociedades patriarcais. A narrativa histórica, predominantemente masculina, minimizou os feitos femininos e restringiu suas identidades a papéis socialmente valorizados de forma inferior. A ressignificação dessa percepção e o reconhecimento da construção social do gênero são cruciais para libertar as mulheres de estereótipos e permitir uma análise crítica da história, considerando as particularidades das questões de gênero como categoria fundamental para compreender a humanidade.

A Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, de 1993, foi um marco na luta pelos direitos das mulheres. Ao reconhecer explicitamente que os direitos femininos são direitos humanos, essa declaração superou a visão limitada da igualdade presente em documentos anteriores. O Brasil, ao aderir a essa declaração, comprometeu-se a combater a violência de gênero, uma das principais manifestações da desigualdade entre homens e mulheres por conta dos contornos desta sociedade patriarcal, racista e capitalista (Vanali; Kominek; Bober, 2023).

A violência contra a mulher é reflexo das relações de poder construídas historicamente através das desigualdades entre homens e mulheres. Portanto, pode-se reafirmar que a violência de gênero tem origem no poder patriarcal e na reprodução do machismo cotidiano perpetuado ao longo dos séculos, uma forma de discriminação da tradicional concepção de subordinação e de inferioridade da mulher face ao homem onde o direito delas foram sendo persistentemente violados. Mesmo nas definições da própria lei, que recentemente sofreu alterações significativas (Matos; Silva; Bastos, 2023).

Ao longo da história as mulheres vêm sendo vítimas de diversas formas de violência. Segundo a Organização Mundial da Saúde, violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Nesse sentido, destaca-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência contra a mulher. Entre muitas formas de violência podemos citar: violência psicológica (tratamento hostil, ameaças, gritos e humilhação intencional), violência

física (negar o alívio da dor quando há indicação técnica) e violência sexual (assédio sexual e estupro) (Bonomo, 2023).

O parto é um evento fisiológico, emocional e social fisiológico, pois o corpo da mulher tem um mecanismo organizado que favorece os bebês nascerem por via vaginal, de forma natural. Emocional pois o parto vem carregado de medos, angústias, alegrias, incertezas e inseguranças: um momento em que a mulher fica frente a frente com ela mesma, com suas sombras e se depara com sua força; E, por fim, social pois envolve as famílias, suas histórias e a sociedade como um todo (Silva, 2022).

De forma mais específica, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza violência obstétrica como qualquer atitude desumana e desrespeitosa, ou seja, uso indiscriminado de ocitocina sintética, manobra de Kristeller, o que pode perpassar todos os níveis de atenção baixa, média e alta complexidade, além da negligência e maus-tratos maternos e neonatais, acarretando danos e/ou sofrimento psíquico e físico para ambos (Rodrigues et al., 2023).

Isso interfere diretamente na saúde mental da mulher no pós-parto, podendo até mesmo levar à uma depressão. O fato de no dia-a-dia dos profissionais de saúde isso acontecer com muita frequência pode se tornar uma situação “normal”, é um acontecimento que não deveria se tornar rotineiro. São usadas as seguintes frases: “Na hora que você estava fazendo, você não estava gritando desse jeito, né?”, “Se você continuar com essa frescura, eu não vou te atender”, “Na hora de fazer você gostou, né?” São alguns exemplos de relatos que fazem parte da realidade do atendimento obstétrico à mulher (Dias; Pacheco, 2020).

Segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de Violência Obstétrica no Brasil. Para a Psicologia, a violência contra a mulher, independente do seu tipo, causa comprometimentos à saúde física, mas o que se enfatiza são as consequências que vão além desses danos imediatos. Pois, o trauma reflete seriamente na saúde mental da mulher, principalmente vivenciado em um momento de parto ou/e pós-parto, considerado psicologicamente, como turbulento e vulnerável para a gestante e o bebê (Dias; Pacheco, 2020).

Entre muitas formas de violência no ciclo gravídico-puerperal estão: recusa a admissão ao hospital, negar o direito de acompanhante, realizar tricotomia, restrição de alimentação e

hidratação, privar deambulação, exames vaginais rotineiros sem justificativa, deixar a mulher sozinha, intervenções com finalidade didática, rompimento artificial da bolsa, cesarianas desnecessárias e sem consentimento, restrição da escolha do local e da posição do parto, uso rotineiro de posição litotomia durante o trabalho de parto e o parto, impedir o contato com bebê após o nascimento, corte precoce do cordão umbilical, impedir o aleitamento materno, são eventos que podem carregar danos permanentes (Silva et al., 2022).

O tratamento abusivo durante o trabalho de parto e o parto viola os direitos humanos estabelecidos no artigo 3º, sendo capaz de influenciar negativamente os desfechos desses processos e desencorajar as mulheres na procura por cuidados futuros. Além disso, é visto como uma violência estrutural que as torna vulneráveis ao sofrimento e à morte (Silva et al., 2020).

Pesquisas destacam que a violência obstétrica acomete também mulheres que apresentam histórico de aborto e que sofrem de racismo obstétrico. Para a assistência esse procedimento e o cuidado em saúde deve ser respaldado pela receptividade, informação, orientação e suporte emocional. Contudo, apesar da existência de uma política pública que garante atendimento humanizado à mulher durante o processo de abortamento e que preconiza um atendimento imparcial, a assistência a essa mulher no Sistema Único de Saúde (SUS) algumas vezes suas necessidades não são atendidas (Silva et al., 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 2018, mulheres pretas e pardas totalizaram 65% dos óbitos maternos no Brasil. Entre os anos de 1996 até 2018, foram registrados ao todo mais de 38 mil mortes maternas, sendo 67% destas decorrentes de causas obstétricas diretas. Além disso, como futuros profissionais, muito nos interessa expor e discutir quais contribuições que a profissão tem tido na luta contra a violência e o racismo obstétrico, a fim de desenvolver um pensamento crítico acerca da problemática, que em algum momento de nossa vida profissional iremos nos deparar (Silva et al., 2023)

Nesse sentido, faz-se importante esclarecer que a relação entre os profissionais de saúde e a parturiente deve ser baseada no cuidado e na segurança, visando uma adequada realização de práticas humanizadas. É necessário que o profissional se coloque no lugar do outro, ouvindo as necessidades da mulher e conhecendo suas demandas no serviço de saúde, reforçando, assim, os princípios preconizados pelo SUS e dando ênfase na educação e saúde. Tendo conhecimento

dos seus direitos a parturiente consegue exigir melhor atendimento e também saberá quando está sendo negligenciada (Silva et al., 2020).

Na assistência ao parto, muitos profissionais têm um papel importante para reduzir ou mesmo evitar intervenções desnecessárias ou ações impróprias para a mãe e o bebê, dentre os quais a equipe de enfermagem que por muitas vezes acaba seguindo o padrão de negligência (Cardoso et al., 2023).

Na pesquisa *Nascer no Brasil*, inquérito nacional realizado com 23.940 puérperas, identificou-se excesso de intervenções no parto e nascimento, apontando um modelo assistencial marcado por intervenções desnecessárias e prejudiciais, expondo mulheres e crianças a iatrogenias. Mais da metade das mulheres tiveram episiotomia, 91,7% ficou em posição de litotomia no parto, quando as evidências recomendam posições verticalizadas; a infusão de ocitocina e ruptura artificial da membrana amniótica para aceleração do trabalho de parto foi utilizada em 40% das mulheres e 37% foram submetidas à manobra de Kristeller (pressão no útero para a expulsão do bebê), procedimento agressivo e que traz consequências deletérias para a parturiente e seu bebê (Lansky et al., 2019).

Segundo Zanardo (2017), esses dados têm sido analisados pela ouvidoria do Ministério da Saúde que computou que 12,7% das queixas das mulheres versavam sobre o tratamento desrespeitoso, incluindo relatos de terem sido mal atendidas, não serem ouvidas ou atendidas em suas necessidades e terem sofrido agressões verbais e físicas. No mesmo sentido, através da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, mostraram que 25% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência nos serviços de saúde durante a atenção ao parto, tanto públicos quanto privados.

Com essas análises, percebe-se que os sofrimentos advindos da violência sofrida na gestação e no trabalho de parto, perpassam por prejuízos psíquicos que podem se tornar duradouros, ocasionando traumas que refletem nas mulheres como o medo de uma nova gestação, por terem experienciado de forma negativa a anterior. Assim, é compreensível que o trauma se instale independentemente do tipo de violência sofrida, podendo variar em durabilidade e consequências. Mas o importante a destacar é a mensuração dos danos que vão além dos que aparecem de forma instantânea, que se referem aos efeitos contínuos, que tem

impacto significativo em como a mulher se vê, se sente e se põe diante do seu mundo (Dias; Pacheco, 2020).

Dessa forma, faz-se necessário ações que visam minimizar e até mesmo anular definitivamente as práticas prejudiciais à saúde da mulher e do bebê praticadas por profissionais de saúde, através da criação de estratégias para a efetivação de programas e políticas públicas mundiais e nacionais voltadas à assistência integral deste binômio. Como o guia de Boas Práticas de Atenção ao Parto, Nascimento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) segundo a Lei Federal 11.108, de 7 de abril de 2005 - Lei do acompanhante e a Rede cegonha que teve uma alteração a pouco tempo para Rede Alyne portaria 5.350 de 12 de setembro de 2024 tendo como princípios proteção e a promoção do vínculo da família e bebê, em especial para pessoas em situação de rua (Lansky et al., 2019).

A pesquisa foi norteada pelas seguintes perguntas “Por que a violência obstétrica perpetrada por profissionais de saúde gera tantos problemas psicológicos para as mulheres?” E “Como as políticas públicas voltadas para as mulheres podem contribuir para a diminuição dos casos de violência obstétrica?”

A gestação e o nascimento são experiências significativas e únicas para a mulher e sua família, mas o parto pode ser um momento de incertezas que exige confiança entre a parturiente e os profissionais de saúde para evitar a violência obstétrica. No Brasil, uma quantidade exacerbada de mulheres sofre violência durante o parto incluindo gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento e negligência. Portanto, é crucial implementar ações e políticas públicas para eliminar práticas nocivas à saúde materna e infantil, como o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento e a Lei do Acompanhante, extinguindo as práticas prejudiciais e garantindo uma assistência integral e humanizada.

Justifica-se o estudo pelo fato de que a violência obstétrica tem provocado inúmeros traumas à saúde da mulher durante o processo de parir, dados do Ministério da saúde mostram de forma clara como as mulheres são diariamente vítimas de maus-tratos dentro das instituições hospitalares, de modo que a cada quatro mulheres, uma sofre violência no parto. Este artigo se propõe a relatar os impactos psicológicos, causados pela violência obstétrica, e como isso influencia a saúde mental da mulher (Silva et al., 2022).

Podendo dar ênfase na falta de assistência humanizada, devido à ausência de educação em saúde tanto para a equipe multidisciplinar quanto para as mulheres, evidenciando o despreparo e falta de capacitação de tais profissionais da saúde. Podendo gerar na mulher vários problemas psíquicos, antes, durante e depois do parto, como por exemplo a depressão pós-parto, déficit de autoimagem, além de interferir diretamente na sua relação familiar e com a criança, no grau mais alto podendo chegar ao suicídio (Silva et al., 2022).

De acordo com Andrade apud Martins (2019), a violência obstétrica está presente quando a assistência prestada à parturiente não oferece todo os cuidados necessários, a partir do momento que a mulher é menosprezada, podendo ser de uma classe social inferior ou sofrendo com o racismo obstétrico (pois sabemos que o atendimento a uma mulher preta/parda é diferente a uma mulher branca), ao ocorrer agressão física, psicológica, verbal e sexual, quando o parto deixa de ser natural e passa a ser utilizado grande número de intervenções, sem que haja a permissão da mulher e nem mesmo explicar o procedimento que está sendo feito, em todos esses atos não são respeitados os direitos da parturiente sendo assim caracterizada uma violência obstétrica.

Ao abordar esse tema vamos ajudar a identificar quais as formas de violência obstétrica vivenciada pela parturiente durante e após o parto, destacando a falta de preparo e humanização dos profissionais de saúde e dando ênfase ao profissional enfermeiro pois a educação em saúde e a promoção da saúde se iniciam a partir desse ponto. E como isso implica diretamente no psicológico das mulheres trazendo métodos para diminuir ou extinguir tal problemática (Dias; Pacheco, 2020).

Este artigo tem como objetivo geral avaliar as consequências da violência obstétrica que acontecem no ambiente hospitalar e os danos psicológicos causados na mulher durante e depois do parto e tendo como objetivos específicos identificar os tipos de violência contra mulher grávida cometidos por profissionais da saúde, descrever o impacto psicológico da violência obstétrica nas parturientes e puérperas, analisar a política pública voltada para as mulheres parturientes e como a formação de enfermeiros e profissionais de saúde podem contribuir para não negligenciá-las durante o parto.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de Revisão Bibliográfica da produção científica com abordagem qualitativa exploratória, elencando os fatores que estão relacionados com as consequências psicológicas da violência obstétrica.

Segundo Batista (2021) entende-se que os mais diversos estudos, de forma direta ou indireta, se pautam em fontes bibliográficas e/ou usam a revisão bibliográfica como etapa, sendo um processo rigoroso e explícito para identificar, selecionar, coletar dados, analisar e descrever as contribuições relevantes à pesquisa. Para a realização desse estudo serão divididas, sendo elas: Identificação do tema abordado, seleção de questões norteadoras, estabelecimento de critérios para a inclusão e exclusão do estudo na busca bibliográfica, avaliação crítica na busca dos estudos e interpretação dos resultados com a revisão e síntese do conhecimento.

A coleta de dados foi realizada nos meses de agosto a novembro de 2024, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), de modo integrado com a Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Scholar e Scientific Electronic Library (SCIELO). A busca bibliográfica foi processada com as palavras-chave combinadas: abuso psicológico, violência obstétrica, assistência de enfermagem nas referidas bases de dados e no idioma português e inglês.

A seleção dos estudos para compor a amostra está obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: artigo completo, disponível online, periódicos, resultados de pesquisas, revisões e atualidades, no idioma português e inglês disponíveis em meio eletrônico, no recorte temporal dos últimos 07 anos (2017-2024). Foram excluídas do estudo publicações não disponíveis na íntegra, que se afastarem do tema proposto para a pesquisa e fora do marco temporal.

A coleta de dados está sendo realizada da seguinte forma: Leitura Exploratória de todo o material selecionado (leitura rápida que objetiva verificar se a obra consultada é pertinente para o trabalho); Leitura Seletiva (leitura mais aprofundada das partes interessantes); Registro das informações extraídas das fontes em instrumento específico (autores, ano, método, resultados e conclusões).

RESULTADOS

Seguindo os critérios pré-estabelecidos, foram encontrados 245 artigos na BVS, de modo integrado com a BDNF, LILACS, GOOGLE SCHOLAR e SCIELO.

Após a leitura exploratória foram escolhidos 40 artigos para a leitura seletiva, sendo selecionados 20 trabalhos para o registro das informações extraídas das fontes em instrumento específico e confecção do quadro 1 contendo informações sobre autoria ano, método, resultados e conclusões. A análise e seleção dos artigos incluídos neste trabalho está ilustrada na tabela 1.

Tabela 1: Análise e seleção artigos.

Palavras-chave	Bases de dados	Total de artigos encontrados	Total de artigos selecionados
Abuso psicológico, violência obstétrica, assistência de enfermagem.	BVS (BDNF, LILACS, GOOGLE SCHOLAR e SCIELO)	245	20

Fonte: Autoras (2024)

Quadro 1: Artigos incluídos neste trabalho.

Autoria	Ano	Método	Resultados	Conclusões
Cardoso et al.	2023	Revisão integrativa de literatura	Observou-se que a violência obstétrica contribui para o desenvolvimento de depressão pós-parto, devido ao desconhecimento das gestantes sobre seus direitos e práticas obstétricas adequadas.	A disseminação de informação sobre os direitos das gestantes pode reduzir os traumas relacionados ao parto e diminuir a taxa de depressão puerperal.
Batista, L. dos S.; Kumada, K. M. O.	2021	Pesquisa exploratória	Partindo da abordagem qualitativa, foi realizada a consulta a três repositórios de produções científicas, sendo encontrados 13 tipos	Neste estudo foi demonstrada a diversidade de pesquisas com fontes bibliográficas. Assim, foi possível depreender diferentes modos de

			de pesquisas associadas à revisão bibliográfica, onde percebemos algumas compatibilidades e incompatibilidades, somados à certa imprecisão descritiva dos procedimentos e das funções atribuídas a cada método.	se fazer uma consulta a literatura, apoiando-se em maior ou menor rigor na coleta do material, recorrendo a análises quantitativas ou qualitativas, de forma exclusiva ou integrada com outros métodos, buscando mapear estudos ou identificar lacunas e tendências, etc. Diante disso, cabe ao pesquisador trazer coerência para o método adotado com base na perspectiva teórico-metodológica perseguida.
DE ASSIS, K. G.; MEURER, F.; DELVAN, J. da S.	2021	Pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório	Este artigo refere-se a uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva e exploratória, que teve como objetivo analisar as repercussões da VO em mulheres, conhecer as repercussões emocionais de mulheres	Através dessa pesquisa foi possível averiguar que buscar a humanização do parto, informar as mulheres com relação aos seus direitos e incluir o combate a VO na formação dos profissionais de saúde é a forma mais eficiente de combater a VO.
Bonomo et al.	2023	Revisão integrativa de literatura	Este trabalho investiga a violência obstétrica, destacando sua relação com a dignidade e direitos fundamentais das parturientes e a institucionalização do parto. Analisa-se	O PL 7633/2014 propõe garantir direitos fundamentais e combater a violência obstétrica por meio de uma assistência humanizada, estabelecendo sanções aos

			a necessidade de proteção aos direitos reprodutivos, o PL 7633/2014 e comparações legais com Venezuela e Argentina.	profissionais que violam esses direitos. A legislação argentina e venezuelana tem abordagens semelhantes, reforçando a proteção dos direitos reprodutivos.
Cardoso et al.	2023	Revisão integrativa de literatura	De acordo com a literatura, a desinformação em relação aos direitos das parturientes é um importante fator de risco para a ocorrência dessa prática.	Ressalta-se a importância da capacitação dos enfermeiros para oferecer assistência humanizada e segura, destacando a inclusão do tema nos currículos de formação profissional.
Dias, S; Pacheco, A	2020	Revisão bibliográfica integrativa	Portanto, a pesquisa teve como objetivo geral identificar as consequências psicológicas que acometem as mulheres vítimas da violência obstétrica. Assim como, analisar quais são esses efeitos e sua relação com a violência de gênero. Para isso, o trabalho teve como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e exploratório. Diante das palavras chaves selecionadas e os critérios de inclusão	Visando o alcance do objetivo, buscou-se discutir a temática para dar visibilidade, promover a conscientização e estimular a prevenção dessa violência que faz parte da realidade brasileira, assim como contribuir para o meio científico que contém escassez de materiais em relação aos fenômenos psicológicos.

			<p>e exclusão, resultou-se em 10 artigos científicos para a análise de dados, evidenciando-se que a saúde psicológica da mulher é afetada por se tratar de um período de grande vulnerabilidade, havendo a presença de sofrimento emocional, como tristeza, angústia, culpa, medo, inferioridade e insegurança, assim como o aparecimento de comorbidades, traumas e o impacto negativo na sua qualidade de vida.</p>	
Lansky, S. et al.	2019	Estudo transversal multicêntrico e multimétodos com componente quantitativo e qualitativo.	<p>O estudo analisou mulheres jovens (20-34 anos), majoritariamente casadas e com nível superior, com 46,2% de cesarianas e 12,6% relatando violência obstétrica. A visita à exposição <i>Sentidos do Nascer</i> aumentou o conhecimento sobre violência obstétrica, mas sem associá-lo diretamente ao relato de VO. Fatores como estado civil, renda, tipo de parto e contato pele a pele foram associados à</p>	<p>Iniciativas de mobilização social podem contribuir para ampliar o conhecimento e a divulgação sobre o problema e apoiar a disseminação das boas práticas na assistência ao parto e nascimento, com a finalidade de reduzir as intervenções desnecessárias, reduzir o excesso de cesarianas, a morbimortalidade evitável e melhorar a experiência das mulheres no parto.</p>

			experiência de violência obstétrica.	
Martins, F. <i>et al</i>	2019	Revisão de literatura	O estudo objetivou identificar a violência obstétrica nas interfaces da assistência à saúde, além de avaliar o conhecimento das mulheres acerca do tema abordado, na tentativa de buscar ações e medidas para humanizar o parto, como forma de erradicar a violência obstétrica.	Espera-se, com esse trabalho, conscientizar as mulheres a respeito da violência obstétrica, ajudando-as a identificar atos que possam ser considerados violência, bem como sensibilizar os profissionais a adotarem medidas para humanizar o parto, para proporcionar a essas mulheres o maior conforto possível durante o trabalho de parto e parto.
Rodrigues er al.	2023	Revisão integrativa da literatura	Ao analisar os artigos selecionados, constatou-se que a violência obstétrica é considerada como um fenômeno de complexidade social na saúde da mulher, assim, requer mudanças na prática de suporte durante a gravidez, por reduzir intervenções médicas desnecessárias, haja vista que pode ser prejudicial à saúde física e emocional mulheres	A enfermagem tem um papel fundamental perante a prevenção das violências obstétricas, sendo responsável pela educação em saúde tanto para a equipe dos enfermeiros como para as mulheres, se tornando uma peça principal durante o momento do parto, sendo este o profissional de grande compromisso para impedir as situações agravadores a saúde da mulher e do bebê.

<p>Silva et al.</p>	<p>2023</p>	<p>Estudo de revisão narrativa da literatura.</p>	<p>Os tipos de atos de violência elencados nos estudos foram: escassez de instruções à gestante durante o pré-natal e momento do parto; violência verbal; piadas durante o parto; proibição da presença do acompanhante; falta de privacidade durante o parto; realização de procedimento sem consentimento; episiotomia, fórceps e manobra de Kristeller; contenção física (amarraram os braços e as pernas das gestantes durante o parto); impedimento de contato mãe/bebe após o parto. As violências geraram nas mulheres alterações fisiológicas, comportamentais, afetivas. As principais consequências foram danos psicológicos, sentimentos de vergonha, constrangimento, solidão, medo, decepção, angústia, desespero, sentimento de desrespeito e de indiferença,</p>	<p>A violência obstétrica continua prevalente nas unidades de saúde de todo o país durante o período pré-parto, trabalho de parto e parto, tornando o ciclo gravídico puerperal traumático. É urgente implementar ações que possam prevenir violências morais, psicológicas e físicas no momento do parto.</p>
---------------------	-------------	---	---	--

			sentimento de ter sido lesada/roubada, dor física, ansiedade, depressão pós-parto, baixa autoestima, problema com a amamentação e vínculo mãe-bebê prejudicado e dor sentida no ato sexual	
Silva et al.	2022	Pesquisa descritiva	Foram utilizadas as bases de dados: BVS e CAPS, com recorte temporal de 2017 a 2020. Após a análise dos artigos, os resultados foram divididos em duas categorias, a primeira, como as parturientes experimentam a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica	A violência obstétrica é um problema de saúde pública e o enfermeiro que possui o entendimento da gravidade deste problema consegue contribuir significativamente para mudança deste cenário.
Silva et al.	2022	Pesquisa Descritiva.	Foram utilizadas as bases de dados: BVS e CAPS, com recorte temporal de 2017 a 2020. Após a análise dos artigos, os resultados foram divididos em duas categorias, a primeira, como as parturientes experimentam a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica.	A violência obstétrica é um problema de saúde pública e o enfermeiro que possui o entendimento da gravidade deste problema consegue contribuir significativamente para mudança deste cenário.

Silva et al.	2020	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa	<p>Obtiveram-se seis classes das quais emergiram os discursos. Foi possível ratificar a importância da formação do Enfermeiro diante da violência obstétrica. As principais expressões-chave identificadas nos discursos foram: formação acadêmica, conhecimento na prática educativa, assistência de qualidade, descasos científicos, tecnológicos e humanísticos, fortalecimento do modelo assistencial, planejamento estratégico no setor saúde, base humanista e olhar clínico do profissional.</p>	<p>foi possível observar, parcialmente, a importância da formação dos Enfermeiros, visto que possibilitam a contribuição de cuidado integral, corroborando para um processo fisiológico, que pode reduzir a violência obstétrica.</p>
Cardozo, M. M. et al.	2022	Revisão de literatura do tipo integrativa	<p>Apesar dos direitos protetores contra a violência obstétrica, muitas mulheres sofrem ameaças à sua integridade física, psicológica, direito à informação e liberdade de escolha no ato do parto, predispondo-as ao desenvolvimento de depressão puerperal, seja pelo precário</p>	<p>Portanto, é necessária a disseminação de informação às gestantes acerca de seus direitos e do que caracteriza violência obstétrica, para que possam se posicionar quando necessário, reduzindo as taxas de traumas relacionados ao parto e, assim, de depressão puerperal.</p>

			conhecimento das gestantes acerca dos seus direitos e das práticas obstétricas adequadas no momento do parto a determinantes psicossociais, como nível de escolaridade, a renda econômica e a etnia.	
Nascimento, S. L. et al	2019	Pesquisa descritiva de caráter qualitativo	realizada com 20 parturientes em maternidade filantrópica baiana. As entrevistas semiestruturadas foram apreciadas através da análise de conteúdo temática. Os resultados apontam que a maioria das entrevistadas desconhece o termo violência obstétrica. As demais relataram situações de violência verbal e não verbal, submissão a procedimentos invasivos não consentidos e lacunas na assistência durante o trabalho de parto.	Conclui-se que urge a necessidade de implementação de medidas que assegurem assistência humanizada e estratégias de empoderamento das mulheres de modo que passem a ser protagonistas no ato de parturição.
Rodrigues, E. C. G., Costa, F. T.	2023	A revisão integrativa da literatura de escopo exploratório de	Ao analisar os artigos selecionados, constatou-se que a violência obstétrica é considerada como um fenômeno de complexidade social na saúde da mulher,	A enfermagem tem um papel fundamental perante a prevenção das violências obstétricas, sendo responsável pela educação em saúde

G., Silva, I. L. C.		abordagem qualitativa	assim, requer mudanças na prática de suporte durante a gravidez, por reduzir intervenções médicas desnecessárias, haja vista que pode ser prejudicial à saúde física e emocional mulheres.	tanto para a equipe dos enfermeiros como para as mulheres, se tornando uma peça principal durante o momento do parto, sendo este o profissional de grande compromisso para impedir as situações agravadores a saúde da mulher e do bebê.
Bessa, M. M.	2022	Revisão de literatura	São altos os números de brasileiras que sofrem ou já sofreram com essa lamentável prática, que a cada dia que passa se torna cada vez mais banalizada. A violência obstétrica é reconhecida e repudiada pela Organização Mundial da Saúde, que a define como violação aos direitos humanos e no Brasil há programas de assistência, como cartilhas criadas pelo Ministério da Saúde que são repassadas aos postos de saúde, maternidades e consultórios médicos para combater as práticas que violam a saúde e a integridade das gestantes e das crianças, no entanto,	Contudo, aos poucos o Brasil vem a passos lentos, construindo um ambiente mais seguro para as parturientes, com campanhas e projetos de leis. Por ser um tema que somente agora esteja ganhando a devida importância e a visibilidade necessária, é um tanto quanto polêmico, porém, importantíssimo para a garantia dos direitos das mulheres. Conhecer o Direito é o caminho para que se possa começar ao combate a essa terrível forma de violação. O objeto de estudo utilizado foram os inúmeros casos recentes, a Legislação brasileira, a história dos partos,

			as políticas públicas de enfrentamento nacionais, no momento, se restringem à apenas aos textos com recomendações e palestras de conscientização.	as jurisprudências, as revistas, reportagens, documentários e estudos na área em geral.
Cabral, B. G. V. B. et al.	2023	Revisão bibliográfica	objetivou discutir a obstetrícia no contexto histórico, relativo ao alcance e destacando a sensibilidade da segurança jurídica da gestante. O Brasil não possui tipificação criminal específica sobre a violência obstétrica cometida contra gestantes. O assunto ainda é polêmico quanto à sua definição e conceituação. A omissão legislativa e a ausência de políticas públicas informativas levam à impunidade e a precedentes para casos futuros sem punição, neste sentido é necessário entender o conceito de violência obstétrica e buscar princípios legais para penalização quando observadas condutas inadequadas.	A violência obstétrica é praticada e deve ser objeto de responsabilização civil e criminal, pois está comprovado que o comportamento ilícito desses atores causa traumas físicos e psicológicos, muitas vezes irreversíveis, à mãe durante sua vida. É necessário ainda entender que essas atividades não se limitam à criminalização e perseguição de profissionais, mas sim a questões multidisciplinares como a implementação de princípios e novas diretrizes no ensino dos profissionais de saúde. Alguns estados possuem legislações regulamentadoras sobre o assunto, mas podemos considerar isso um avanço ainda pequeno, necessitando de

				maneira urgente de uma legislação federal e específica sobre o assunto, entendendo que hoje não existem políticas públicas suficientes e claras que possibilitem evitar a impunidade.
Silva, J. K. V.; Lotta, G. S.	2023	Pesquisa qualitativa, que incluiu revisão bibliográfica	Por meio da análise dos resultados obtidos, as conclusões foram divididas em dois blocos de apresentação. O primeiro buscou compreender as experiências de parto das usuárias do SUS, abordando as diversas faces das violências e violações ocorridas nesse contexto. O segundo bloco adentrou no âmbito da burocracia e violência, investigando como os profissionais da Atenção Primária, incluindo os Burocratas de Nível de Rua (BNR), estão preparados para lidar com casos de violência obstétrica.	Dessa forma, a pesquisa em questão busca avançar o entendimento sobre a violência obstétrica, levando em consideração a sua complexidade e as implicações para a saúde e o bem-estar das mulheres. Ao abordar tanto as experiências das usuárias do SUS quanto a capacidade de resposta dos profissionais da Atenção Primária, o estudo pretende contribuir para a promoção de práticas mais humanizadas, baseadas em direitos e livres de violência obstétrica, visando garantir uma maternidade segura e respeitosa para todas as mulheres.
			Nos 11 artigos revisados, observou-se que todas as	Práticas voltadas para o cuidado, ensino e assistência

<p>Soares, A. N. S.; Ferreira, P. M. S.; De Oliveira, L. L. F.</p>	<p>2024</p>	<p>Revisão literatura</p>	<p>mulheres sofreram no mínimo um tipo de violência, apontando a existência de uma hierarquização entre mulheres e profissionais, o que dificulta a horizontalidade, afastando essas mulheres do ambiente hospitalar, todavia a equipe de enfermagem é protagonista no cuidado humanizado, além de ser considerada essencial para reduzir índices violentos, uma vez que, a forma de acolhimento oferecida para essa mulher irá definir sua percepção sobre a experiência da maternidade.</p>	<p>durante o parto, e criações de políticas públicas podem ser estratégias eficazes para sanar a violência obstétrica.</p>
--	-------------	---------------------------	---	--

Fonte: Autoras (2024)

Em seguida, emergiu-se duas categorias: Por que a violência obstétrica perpetrada por profissionais de saúde gera tantos problemas psicológicos para as mulheres; Como as políticas públicas voltadas para as mulheres podem contribuir para a diminuição dos casos de violência obstétrica?

Categoria 1: Por que a violência obstétrica perpetrada por profissionais de saúde gera tantos problemas psicológicos para as mulheres?

No que se refere ao aspecto psicológico da violência obstétrica, considera-se que ele abrange condutas que causam danos ou prejuízos à saúde mental e à autodeterminação da

mulher. Essas ações podem afetar seu desenvolvimento emocional ao controlar ou limitar suas ações, comportamentos, crenças e decisões por meio de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância, perseguição, insultos, chantagens, ridicularização e exploração. Entre essas práticas, incluem-se a restrição ao direito de ir e vir, discriminações baseadas em raça, etnia, idioma, histórico médico, crenças, preferências, situação conjugal, orientação sexual, quantidade de filhos, situação econômica e nível educacional da gestante. Outras violações incluem vetar o direito ao acompanhante ou permitir apenas acompanhantes do sexo feminino, bem como culpabilizar ou ameaçar a mulher em casos de abortamento (Assis; Meurer; Delvam, 2021).

Sabe-se que o trabalho de parto e o nascimento de um filho é algo muito importante para as mulheres, porém, hoje em dia muitas lembram desse acontecimento como uma experiência traumática, em que foi agredida, desrespeitada e violentada por pessoas que deveriam estar prestando assistência e acolhimento. A ausência de informações e de uma assistência humanizada tende a aumentar o medo e a ansiedade da gestante, contribuindo para a percepção de um parto mais doloroso e difícil, provocando insegurança, inquietação e dúvidas na mulher. (Assis; Meurer; Delvam, 2021).

Toda atividade natural em torno da gravidez é esperada pela mulher, porém, quando acontece alguma situação de violência no seu processo, principalmente por quem exerce o papel de cuidador e proteção, sendo estes os profissionais da saúde, resulta-se em um impacto significativo no funcionamento do seu psicológico e comportamento (Ribeiro, 2017 apud Dias e Pacheco, 2020)

Sendo assim, referente aos danos psicológicos, compreende-se que a mulher passa a desenvolver quadros depressivos, podendo até estabelecer quadros psiquiátricos, os quais podem interferir na sua vida afetiva (Dias e Pacheco, 2020).

No entanto, os prejuízos à saúde psicológica da mulher são muitos, principalmente voltados a diminuição, prejuízo e perturbação do desenvolvimento, ou seja, a partir do momento que a esta é vítima de violência obstétrica, ela passa a mudar seus comportamentos por conta deste ocorrido, podendo desenvolver depressão, se sentir insegura, mas além disso, pode gerar um trauma que faz com que as mesmas não queiram ter outros filhos ou até mesmo se sintam incapazes de gerar uma nova vida. Em meio a isso, outro prejuízo que pode ocorrer é

em relação ao vínculo mãe-bebê, onde esta mulher pode ter dificuldades em amamentar, e pode também não conseguir produzir ocitocina (Assis et al., 2021).

O vínculo entre a mãe e o recém-nascido muitas vezes é prejudicado por conta da violência obstétrica sofrida, uma vez que o primeiro contato entre ambos se torna uma experiência negativa para a mãe. Da mesma forma, muitas mulheres referem dificuldades no processo de amamentação, visto que não conseguem aleitar logo após o parto e, conseqüentemente, se sentem desestimuladas a continuar esta atividade (Cardozo et al., 2022).

Categoria 2: Como as políticas públicas voltadas para as mulheres podem contribuir para a diminuição dos casos de violência obstétrica?

De acordo com dados publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as mulheres estão sendo atendidas de forma violenta em todo o mundo. Elas vivenciam situações de maus-tratos, desrespeito, abuso, negligência, violação de direitos humanos por parte dos profissionais de saúde, principalmente durante o parto. A violência contra a mulher durante o parto, conhecida como violência obstétrica, é uma violação multifacetada e complexa dos direitos humanos, sendo considerada um problema de saúde pública, com conseqüências adversas para a saúde.

Em estudo realizado por Nascimento et al. (2019), com 20 parturientes em maternidade filantrópica baiana, através de entrevistas, apontou que a maioria das entrevistadas desconhece o termo violência obstétrica e apontam situações de violência verbal e não verbal, submissão a procedimentos invasivos não consentidos e lacunas na assistência durante o trabalho de parto. Aponta ainda, que é necessário a reformulação do cenário obstétrico nacional, investimentos em atualização dos(as) profissionais dos serviços e na formação acadêmica, na perspectiva de assistir às mulheres de forma humanizada, com respeito, dignidade e qualidade. Para que as mulheres compreendam a violência obstétrica, estas precisam de educação em saúde de qualidade no pré-natal, seja durante as consultas individuais, atividades educativas em sala de espera ou em atividades de grupo.

No que se diz respeito às políticas públicas de enfrentamento à violência Obstétrica, existem programas de humanização realizados pelo Ministério da Saúde, como Rede Cegonha, cujo objetivo é a mudança do modelo de atendimento Obstétrico buscando abolir dos hospitais brasileiros o tratamento desumano e vexatório na hora do parto (Bessa, 2022).

Em vista dessa percepção, a atuação de enfermeiros obstétricos na assistência ao trabalho de parto, parto e puerpério está correlacionada, diretamente, à aptidão do cuidado fornecido. Destaca-se o controle das práticas de intervenção desnecessárias, indo ao encontro da movimentação em prol da humanização do auxílio ao binômio mãe-filho no ciclo gravídico puerperal (Rodrigues; Ferreira; Silva, 2023).

Rodrigues (2023) informam que se torna indispensável o discernimento e o conhecimento acerca da temática de fazer parte da compreensão diária do enfermeiro, ademais, a educação em saúde tende a falar sobre assuntos pouco debatidos a essa população e, desta forma, informá-las quanto aos seus direitos que devem ser considerados e respeitados em qualquer momento do seu atendimento.

Enfatizam que as boas práticas empregadas pelas enfermeiras obstétricas são baseadas em evidências científicas e em consonância com as recomendações da OMS, além disso, salientam que o enfermeiro deve estar qualificado e sensível para realizar o processo de parturição quando for o caso, para que as mães possam decidir com maior consciência, respeito e liberdade as condutas que escolhem antes, durante e após o parto (Rodrigues; Ferreira; Silva, 2023).

Em suma, concluiu-se que a violência obstétrica pode causar sofrimento e efeitos na saúde de quem a vivencia, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. Portanto, são necessárias políticas públicas efetivas para o combate a esse tipo de violência por meio da avaliação contínua e permanente da prestação de serviços de atenção obstétrica (Rodrigues, et al., 2023).

Dessa forma, o estudo visa fomentar a discussão acerca das políticas de saúde e a efetivação de ações mais eficazes no combate à violência obstétrica, contribuindo para a construção de políticas públicas que garantam a dignidade das mulheres em seu percurso reprodutivo. Compreender a dinâmica e os desafios enfrentados pela burocracia de nível de rua é crucial para desenvolver intervenções eficazes e embasadas em evidências que possam promover mudanças significativas na abordagem da violência obstétrica na Atenção Básica de Saúde. Portanto, este estudo se insere como uma contribuição acadêmica e social para a busca de soluções que assegurem o respeito aos direitos humanos e reprodutivos e a integridade das mulheres (Silva, 2023).

A compreensão da necessidade de incluir as mulheres e suas experiências ao longo de todo o processo gestacional, pré-parto, parto e puerpério decorre da relevância desses relatos para a coleta das percepções dos usuários do serviço e para a compreensão de como a implementação das políticas públicas ocorre a partir da perspectiva dos beneficiários (Silva, 2023).

Por fim, torna-se imprescindível que essas mulheres sejam ouvidas, acolhidas, apoiadas e encorajadas a relatar as violências sofridas e a registrá-las formalmente. Dessa forma, a subnotificação de casos de violência obstétrica poderá ser reduzida, permitindo o desenho de políticas públicas embasadas em uma compreensão mais precisa e aprofundada da realidade brasileira nesse tema (Silva, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir desta Revisão Bibliográfica da produção científica com abordagem qualitativa exploratória que o abuso psicológico contra mulher no período gestacional perpetrada por profissionais de saúde tem um impacto severo e duradouro na saúde psicológica das mulheres, afetando sua autoestima, segurança emocional e sua percepção da experiência de parto.

Esses atos de violência, afetam diretamente a autonomia e autodeterminação da mulher, gerando traumas que podem desencadear transtornos psicológicos. Além disso, pode-se dificultar processos naturais, como a amamentação e a liberação de hormônios como a ocitocina, essenciais para o desenvolvimento e vínculo entre mãe/filho, podendo comprometer ambos nessa relação.

Os estudos revisados também indicam que a falta de assistência humanizada e a ausência de informações adequadas durante o parto aumentam a ansiedade e o medo da gestante, intensificando sua percepção de dor e insegurança. Os profissionais que deveriam oferecer proteção, acolhimento e escuta ativa se tornam agentes de violência, potencializa o trauma, levando muitas mulheres a repensar a ideia de futuras gestações ou até mesmo a questionar sua capacidade de gerar e cuidar de uma nova vida.

Por fim, a literatura sugere que políticas públicas específicas, voltadas para a promoção de uma assistência humanizada e para a conscientização dos profissionais de saúde sobre as

práticas de violência obstétrica psicológica, são essenciais. A implementação dessas políticas pode reduzir a incidência dessa violência psicológica, promovendo maior respeito à autonomia da mulher e oferecendo suporte psicológico adequado, o que contribui para um atendimento mais acolhedor e seguro. A literatura enfatiza a necessidade urgente de políticas que garantam o direito à saúde integral da mulher e ao parto humanizado, essenciais para minimizar impactos negativos e fortalecer o bem-estar materno-infantil. Este trabalho reforça a urgência de mudanças na criação de políticas públicas que promovam uma assistência mais respeitosa, protegendo o bem-estar físico e psicológico das gestantes e assegurando o direito ao parto humanizado.

REFERÊNCIAS

BATISTA, L. dos S. .; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, [S. l.], v. 8, p. e021029, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>.

BESSA, M. M. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: relação entre a violência feminina e as políticas públicas de defesa à saúde da mulher**, 2022. Trabalho de Curso (bacharel em Direito) UNIEVANGÉLICA, ANÁPOLIS, 2022.

BONOMO, M. E. C. **Violência contra a mulher no ciclo gravídico-puerperal: uma lacuna normativa no direito brasileiro**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2023.

CABRAL, B. G. V. B. et al. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A INEXISTÊNCIA DE POLITICAS PUBLICAS SUFICIENTES PARA EVITAR A IMPUNIDADE**. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, 13(1), 2023.

CARDOSO, I. P. et al. Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 13, p. 1507-1525, 2023.

CARDOZO, M. M. et al. O desenvolvimento de depressão puerperal após violência obstétrica: Uma revisão. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, 11(6), e25011629176-e25011629176, 2022.

DE ASSIS, K. G.; MEURER, F.; DELVAN, J. da S. Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. **Psicologia Argumento**, 2021, 39.103: 135-157.

DIAS, S.; PACHECO, A. Marcas do parto: As consequências psicológicas da violência obstétrica. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 3, n. 1, p. 04-13, 18 jun. 2020.

- LANSKY, S. et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 2811-2824, 2019.
- MARTINS, F. L. et al. Violência obstétrica: uma expressão nova para um problema histórico. **Revista Saúde em Foco**, 11(2), 413-423, 2019.
- NASCIMENTO, S. L. et al. Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. **Enfermería Actual de Costa Rica**, v. 37, n. 37, p. 66-79, 2019.
- RODRIGUES, E. C. G.; FERREIRA, T. G. da C.; SILVA, I. L. C. Cuidados de enfermagem na violência obstétrica: revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 23, n. 1, p. e11582-e11582, 2023.
- SILVA, A. L. C. M. et al. **Violência obstétrica sob uma perspectiva racial e o papel do serviço social**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.
- SILVA, G. R. **Tipos de violência obstétrica e seus impactos na saúde da mulher no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2022.
- SILVA, J. E. et al. Violência Contra Mulher no Ciclo Gravídico-Puerperal: Sentimentos e Cuidados de Enfermagem. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 25, p. 127-137, 2022.
- SILVA, J. K. V.; LOTTA, G. S. Quais são as percepções e as ações dos profissionais de saúde na atenção básica diante de casos de violência obstétrica?. **FGV RIC Revista de Iniciação Científica**, 2023, 4.1.
- SILVA, T. M. da et al. Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. eAPE20190146, 2020.
- SOARES, A. N. S.; FERREIRA, P. M. S.; DE OLIVEIRA, L. L. F. Enfermagem e violência obstétrica no âmbito hospitalar: revisão integrativa de literatura. **Diversitas Journal**, 2024, 9.1.
- VANALI, A. C.; KOMINEK, A. M. V.; BOBER, V. Ser mulher na sociedade brasileira. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 16, n. 47, p. 276-288, 2023.
- ZANARDO, G. L. DE P. et al. Violência Obstétrica no Brasil: Uma Revisão Narrativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. e155043, 2017.